

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.483 - MG (2019/0298061-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : ADLER MAGANHA DE PADUA
ADVOGADO : ADLER MAGANHA DE PADUA - MG117874
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ANA PAULA DOS SANTOS ROSA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR. MATÉRIA NÃO EXAMINADA NA IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. WRIT LIMINARMENTE INDEFERIDO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ANA PAULA DOS SANTOS ROSA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Geras proferido no HC n.º 1.0000.19.080741-2/000.

Consta dos autos que a Paciente foi presa em flagrante, na data de 17/05/2018, com posterior conversão em preventiva, pela suposta prática do crime de estelionato.

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, conforme a seguinte ementa (fl. 32):

"HABEAS CORPUS. ESTELIONATO. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA OU SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. AUSÊNCIA DE CÓPIAS DA CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS, DO RELATÓRIO DE REGISTROS POLICIAIS, E DE CÓPIA COMPLETA DA DECISÃO QUE INDEFERIU A SUBSTITUIÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA PELA DOMICILIAR. INEXISTÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO. ORDEM DENEGADA.

- *O rito do habeas corpus não possui dilação probatória, cabendo ao impetrante a comprovação, de plano, do constrangimento ilegal alegado, através de prova pré-constituída.*

- *Ausente cópia completa da decisão que indeferiu a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, ato da autoridade coatora impugnado por meio do habeas corpus, e, ainda, não constando nos autos cópias da CAC e da FAC da paciente – utilizadas para verificar a presença dos requisitos do art.312 do CPP inviável a concessão da ordem, em razão da falta de provas do alegado*

Superior Tribunal de Justiça

constrangimento ilegal."

Neste writ, argumenta a Defesa que a Paciente é mãe de uma criança nascida em 20/10/2018, o que justifica a substituição da prisão preventiva pela domiciliar. Aduz que *"a evidente incompreensão da autoridade coatora no que diz respeito aos interesses em jogo. Apesar de reconhecer o evidente enquadramento da situação da Paciente na fattispecie do art. 318, III (embora menos especificamente, também do novel inciso V do art. 318 do codex) do Código de Processo Penal, fundamenta o indeferimento do pleito defensivo em ponderações que dizem respeito apenas à vida pregressa"* (fls. 4-5).

Requer, inclusive liminarmente, a substituição da prisão preventiva da Paciente pela domiciliar.

É o relatório inicial. Decido.

No presente caso, o Tribunal estadual esclareceu o que se segue quanto ao pedido de prisão domiciliar (fls. 32-36):

"A impetração busca demonstrar que a prisão preventiva da paciente, assim como o indeferimento da sua colocação em prisão domiciliar, constitui constrangimento ilegal. Entretanto, constato que não foi juntada cópia completa da decisão que indeferiu a substituição da custódia preventiva pela domiciliar, ato impugnado neste habeas corpus. Isso foi, inclusive, ressaltado pelo il. Procurador de Justiça em seu parecer (p. 03 doe. n.º 09).

Ademais, o magistrado a quo, na decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva (p. 28/29 doe. n.º 08), se baseou na CAC e na FAC da paciente para constatar a presença dos requisitos dispostos no art. 312 do CPP. Contudo, estes documentos também não se encontram juntados aos autos.

A propósito, é cediço que o habeas corpus, em razão da via estreita e rito célere, não possui dilação probatória. Assim, deve a impetração ser instruída com provas documentais aptas a demonstrar o aventado constrangimento ilegal.

[...]

Logo, ausente cópia integral da decisão que indeferiu a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, e, ainda, não tendo sido juntadas CAC e FAC da paciente – documentos utilizados para verificar, na decisão conversória, a presença dos requisitos do art. 312 do CPP –, impossível a constatação do alegado constrangimento ilegal."

Ora, observo que a questão não pode ser examinada nesta oportunidade, sob pena de indevida supressão de instância, uma vez que não foi objeto de apreciação

Superior Tribunal de Justiça

no julgado ora combatido, mormente quando a Corte de origem destaca que "ausente cópia integral da decisão que indeferiu a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, e, ainda, não tendo sido juntadas CAC e FAC da paciente – documentos utilizados para verificar, na decisão conversória, a presença dos requisitos do art. 312 do CPP – , impossível a constatação do alegado constrangimento ilegal."

Mutatis mutandis, destaco o seguinte julgado:

"[...]

2. A tese de nulidade do processo por cerceamento de defesa não foi objeto de análise perante as instâncias ordinárias, de modo que a questão não pode ser apreciada diretamente por esta Corte, sob pena de configurar-se indesejável supressão de instância.

[...]" (AgRg no HC 433.159/DF, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 08/05/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição recursal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora